Sogei

Sociedade de Gestão de Investimentos

Relatório e Contas 2016

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE 4
2. PRINCIPAIS INDICADORES 5
3. CORPOS SOCIAIS 6
4. ORGANIGRAMA 7
5. ACCIONISTAS 8
6. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA 8
7. DESEMPENHO DA EMPRESA EM 2016 10
8. RECURSOS HUMANOS 11
9. ANÁLISE ECONÓMICa e FINANCEIRA 12
10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 14
11. PERSPECTIVAS PARA 2017 14
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 15
13. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA 16
14. AGRADECIMENTOS 16
15. ANEXOS 17

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração da Sogei Sociedade de Gestão de Investimentos, SA, submete aos senhores acionistas para apreciação, o seu Relatório e Contas relativo ao exercício findo de 2016.

O Conselho de Administração,

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas,

O sector imobiliário, continuou estagnado e fatores de várias ordens contribuíram para que a empresa continuasse em 2016 sem atividade operacional. A falta de crédito para o financiamento se tornou um dos fatores determinantes para o desenvolvimento do setor em Cabo Verde. Além disso, o lançamento de novos empreendimentos não estão a acontecer tão cedo quanto esperamos por causa deste constrangimento, e dificuldades de regularização de terrenos comprados ao setor público.

A economia Cabo Verdiana ainda continua instável, o que influencia negativamente o mercado imobiliário. É um sector que muito depende de como está o cenário do país em particular e da conjuntura internacional no geral.
Isso significa que a dinâmica económica é um termômetro de como será o mercado imobiliário.

No entanto, espera-se boas expectativas já para o próximo ano e a tendência é o mercado imobiliário apresentar alguma melhoria em 2017 na medida em que a economia ajustada trará mais confiança no futuro, encorajando o setor financeiro a libertar mais crédito para a economia.

Este cenário aconselha ainda alguma cautela na gestão diária da empresa, procurando-se desenvolver projetos de dimensão média associados a parceiros com experiencia na gestão de empreendimentos imobiliário/turísticos e também no seu financiamento.

Por forma a viabilizar o projeto *Salinas Beach Resort* a Sogei Sociedade de Gestão de Investimentos, SA elaborou um plano de negócio/viabilidade por uma empresa especialista na matéria, por forma a melhor adapta-lo a realidade atual e vem trabalhando na criação de um fundo de investimento imobiliário a ser submetida à Assembleia Geral dos Obrigacionistas no primeiro trimestre do próximo ano, onde será avaliada a situação atual do empréstimo obrigacionista e do projeto Salinas Beach Resort.

Por último, um agradecimento muito especial a todos os parceiros e em especial aos Colaboradores da Sogei que em 2016 souberam enfrentar os desafios e continuar a sua missão.

Jorge Daniel Spencer Lima

Presidente do Conselho de Administração

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Unid.: Contos CV	2016	2015	2014	Δ % 16/15
Balanço Patrimonial				
Activo	2 419 240	2 426 187	2 448 908	0%
Capital Próprio	-178 561	-52 801	46 159	238%
Capital Social	67 018	67 018	67 018	0%
Passivo	2 597 801	2 478 988	2 402 750	5%
Actividade				
Volume de negócios	0	1 913	160	-100%
Rendimentos	5 220	86 555	9 568	-94%
Variação de Produção	0	-1 664	61 254	-100%
Resultados Operacionais	-8 567	33 847	45 870	-125%
Resultados Antes de Impostos	-125 760	-98 314	-59 423	28%
Imposto Sobre o Rendimento do Período	0	-369,1216		-100%
Resultados Líquidos	-125 760	-98 683	-59 423	27%
Rácios				
EBITDA	-4 458	38 624	53 303	-112%
Caixa Gerada pelas Operações	-416	71 112	-3 598	101%
Rentabilidade do Activo (ROA)	-5%	-4%	-2%	-1pp
Retorno sobre o Capital (ROE)	70%	187%	-129%	-117pp
Rentabilidade das vendas	0%	-5160%	-37139%	
Liquidez Corrente	1,6	1,7	2,7	-10%
Autonomia Financeira	-7%	-2%	2%	-5pp
Solvabilidade (%)	-7%	-2%	2%	-5pp
Solvabilidade (nº)	-0,1	0,0	0,0	
Pessoal				
Colaboradores ao serviço na empresa	3	4	4	-25%

3. CORPOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 os Órgãos Sociais da Sogei Sociedade de Gestão de Investimentos, SA apresentavam a seguinte constituição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mário Jorge Menezes	Presidente
Cristina Leite	Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Daniel Spencer Lima Presidente	Presidente
Helena Maria de Oliveira Delgado	Vogal
António Avelino Ramos Oliveira	Vogal
Carla de Carvalho Spencer Lima	Vogal
Mirian de Carvalho Spencer Lima	Vogal

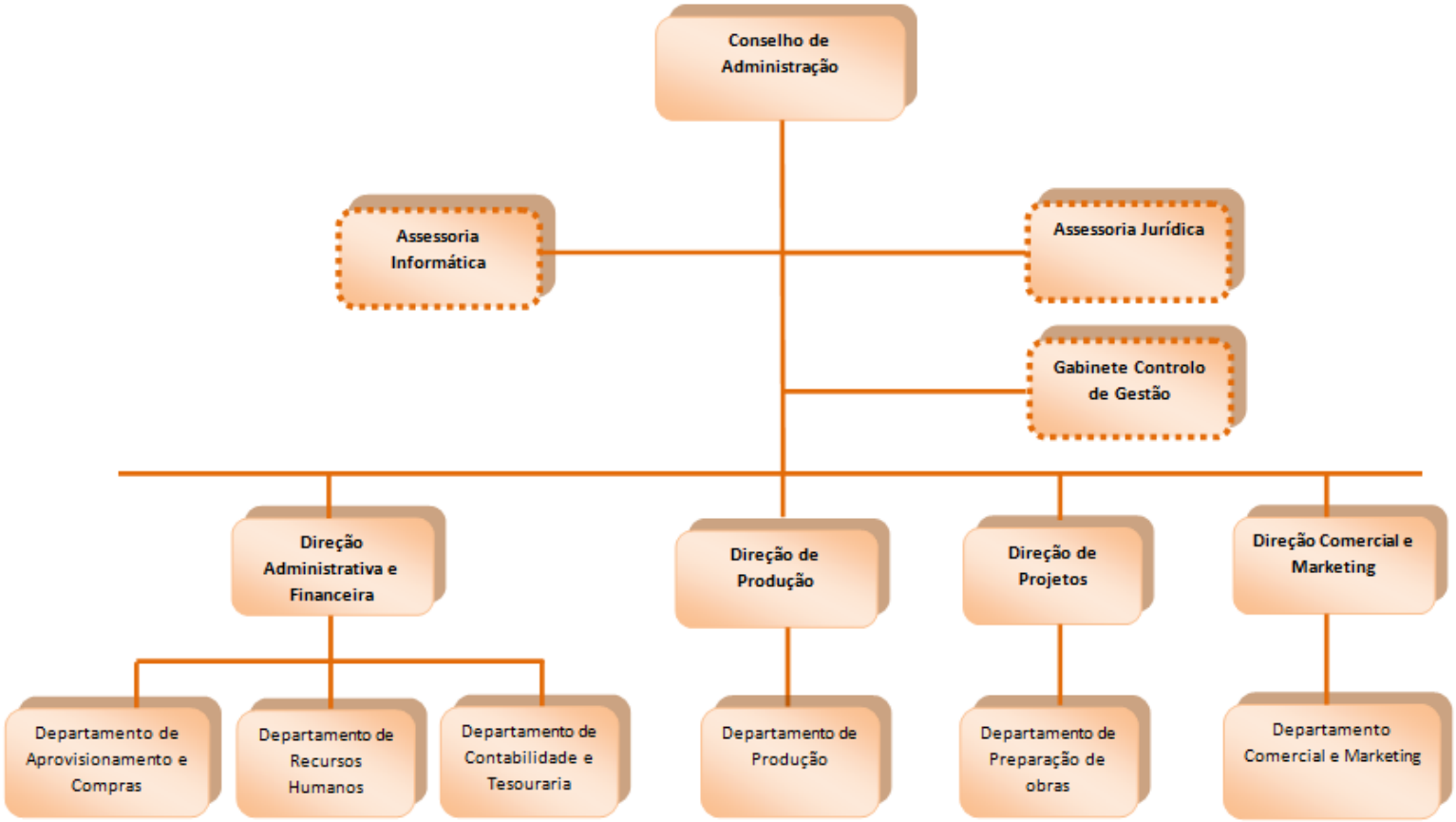
Fiscal Único

OLIVEIRA&FURTADO-CONSULTORIA FISCAL, LDA

Representada por:

José Jorge Borges de Oliveira
Joaquim António Gomes Furtado

4. ORGANIGRAMA



5. ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2016, a Sogei – Sociedade de Gestão e Investimentos, SA tinha a seguinte distribuição do seu capital social de 67.018 contos:

Unid.: Contos

Acionistas	Capital	%
Jorge D.Spencer Lima	53 615	80
Helena Delgado	13 404	20

6. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá crescido 2,9 por cento nos primeiros seis meses do ano 2016, ritmo inferior ao registado no primeiro semestre do ano passado, em função dos desempenhos menos conseguidos dos sectores dos serviços e das manufaturas.

O menor crescimento da economia global terá sido sobretudo determinado, em termos regionais, pela redução do crescimento dos EUA e do Reino Unido e pela contração do Japão, num contexto de maior dinamismo da atividade económica na Área do Euro e de relativa estabilização das economias emergentes e de ajustamento de países em desenvolvimento exportadores de matérias-primas à deterioração dos seus termos de troca.

Destacando a dinâmica dos principais parceiros económicos de Cabo Verde, as estimativas do Eurostat apontam para um crescimento da Área do Euro na ordem de 1,7, e 1,6 por cento, respetivamente, em termos homólogos nos primeiros dois trimestres do ano (1,3, e 1,6 por cento, respetivamente, nos trimestres homólogos do ano anterior).

O contributo positivo dos investimentos para o desempenho da Área do Euro reduziu, contudo, nos primeiros dois trimestres do ano, não obstante a contínua melhoria das condições de financiamento, o aumento da rendibilidade das empresas e o reforço da confiança dos empresários.

Informações mais recentes mostram que a atividade económica na Área do Euro manteve-se ligeiramente dinâmica e resiliente aos efeitos da votação do Brexit.

De acordo com o Bureau of Economic Analysis, os EUA, outro importante parceiro económico do país, cresceu, respetivamente, 1,6, e 1,3 por cento no primeiro e segundo trimestres de 2016, que compara a 3,3 e 3,0 por cento do ano anterior.

O crescimento do produto interno bruto da maior economia mundial tem sido suportado pelo aumento do consumo privado, em função da melhoria do rendimento disponível bruto real das famílias sustentada na contínua e consistente redução do desemprego (para de 4,9 por cento da população ativa no primeiro semestre do ano) e inflação baixa.

A evolução dos indicadores de atividade nos sectores de manufaturas e serviços aponta para um abrandamento adicional do crescimento económico dos EUA no terceiro trimestre, em larga medida associado aos efeitos das incertezas relacionadas às eleições presidenciais.

O Reino Unido, líder do mercado turístico nacional, cresceu 2,0 e 2,2 por cento no primeiro e segundo trimestres do ano, respetivamente, que compara a 2,9 e 2,3 por cento registados em períodos homólogos do ano passado.

As perspetivas de evolução da economia britânica no terceiro trimestre do ano mantiveram-se, entretanto, relativamente favoráveis, não obstante o aumento das incertezas e as consequências imediatas do Brexit nos mercados financeiros e cambiais.

O preço do brent, petróleo de referência para o mercado nacional, registou uma queda de cerca de 22 por cento em termos homólogos até finais de setembro, que compara à queda de 53 por cento registada em período homólogo. Comparativamente a dezembro, o preço médio do brent cresceu 1,4 por cento, numa conjuntura de diminuição ligeira do excedente da oferta (devido a constrangimentos surgidos na produção no Canadá, Nigéria, Venezuela e Líbia), e de um aumento da procura, acima das expetativas, da China e da Índia.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o produto interno bruto cresceu 4,7 por cento em termos homólogos no primeiro semestre, que compara ao crescimento de 0,9 por cento registado em igual período do ano anterior.

De acordo com o Inquérito de Conjuntura aos Agentes Económicos referente ao 4º trimestre de 2016, a conjuntura económica é favorável segundo o INE, pois o ritmo de crescimento económico continua a acelerar no quarto trimestre de 2016, evoluindo positivamente face ao trimestre homólogo.

O indicador de confiança da construção civil manteve a tendência descendente do último trimestre, evoluindo negativamente face ao mesmo período do ano 2015. A conjuntura económica no setor continua sendo desfavorável. O nível elevado da taxa de juros e o excesso de burocracia e regulamentações estatais foram os principais constrangimentos do setor. Tiveram ainda importância dificuldades na obtenção de crédito bancário, insuficiência da procura e deterioração das perspetivas de vendas.

Por seu turno, as condições de financiamento interno ao sector privado mantiveram, até agosto, a tendência de melhoria, patentes na redução das taxas de juro ativas, em termos médios em 0,63 pontos percentuais, e no aumento do crédito em torno de quatro por cento.

De acordo com os dados do INE a inflação média anual fixou-se nos -0,7 por cento, tendo atingido em dezembro de 2016 o valor de -1,4 por cento abaixo do valor registado no período homólogo (0,1 por cento em).

As estatísticas oficiais disponíveis sugerem uma menor dinâmica da atividade económica mundial na primeira metade do ano, ao contrário das expetativas dominantes no primeiro trimestre. Para o desempenho menos conseguido da economia global, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta o abrandamento do crescimento das economias avançadas, numa conjuntura de desempenho relativamente estável das economias emergentes e em desenvolvimento.

7. DESEMPENHO DA EMPRESA EM 2016

O sector imobiliário, continuou estagnada e fatores de várias ordens contribuíram para que a empresa continuou em 2016 sem atividade operacional. A falta de crédito para o financiamento se tornou um dos fatores determinantes para o desenvolvimento do setor em Cabo Verde. Além disso, o lançamento de novos empreendimentos não estão a acontecer tão cedo quanto esperamos por causa deste constrangimento.

Por forma a viabilizar o projeto *Salinas Beach Resort* a Sogei Sociedade de Gestão de Investimentos, SA elaborou um plano de negócio/viabilidade por uma empresa especialista na matéria, por forma a melhor adapta-lo a realidade atual e vem trabalhando na criação de um fundo de investimento imobiliário a ser submetida à Assembleia Geral dos Obrigacionistas

no primeiro trimestre do próximo ano, onde será avaliada a situação atual do empréstimo obrigacionista e do projeto Salinas Beach Resort, devendo ser na altura decidido sobre a criação ou não do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

8. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2016, encontrava-se ao serviço da Sogei Sociedade Gestão de Investimentos, SA, apenas 3 colaboradores resultantes da situação que o sector vive atualmente.

A Sogei entende que o reforço contínuo da qualificação e motivação dos seus Recursos Humanos é essencial para que estes disponham de instrumentos que possam permitir responder com eficácia aos desafios com que se defrontam.

A distribuição do universo de 3 colaboradores da Sogei – Sociedade de Investimentos, SA por níveis de qualificação, encontra-se representada da seguinte forma:

Quadros Superiores	Profissionais de Apoio	Total
2	1	3

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O quadro que se segue ilustra os resultados obtidos pela Sogei no exercício findo 2016:

Unid.: Contos CV

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016	2015	2014	Δ % 16/15
Rendimentos Operacionais	**5 220**	**84 891**	**77 940**	**-94%**
Apartamento e espaços comerciais	0	1 913	160	**-100%**
Venda de Terrenos Infra-Estruturados				
Variação de Produção	0	-1 664	61 254	**-100%**
Outros Rendimentos Operacionais	5 220	84 642	16 526	**-94%**
Ganhos/perdas em Subsidiárias e Associadas	**3 471**	**4 145**	**-2 143**	**-16%**
Gastos Operacionais - Total	**13 149**	**50 412**	**22 495**	**-74%**
Gasto das Mercadorias vendidas	0	0	0	
Gastos construção	0	0	0	
Fornecimentos e Serviços Externos	3 082	3 693	4 613	**-17%**
Gastos com o Pessoal	8 941	11 269	14 943	**-21%**
Provisões				**100%**
Impostos + Outros Gastos Operac.	1 126	35 450	2 939	**-97%**
Amortizações/Depreciações	**4 109**	**4 777**	**7 432**	**-14%**
Resultado Operacional	**-8 567**	**33 847**	**45 870**	**-125%**
Resultado Financeiro	-117 193	-132 161	-105 293	**-11%**
Resultado Corrente	**-125 760**	**-98 314**	**-59 423**	**28%**
Resultados antes Impostos	**-125 760**	**-98 314**	**-59 423**	**28%**
Provisão p/ Imposto sobre Rendimento	0	-369	0	
Resultado Líquido	**-125 760**	**-98 683**	**-59 423**	**27%**

Volume de negócios e recebimentos

A empresa não teve atividade operacional em 2016, e não se registou nenhuma venda do único imóvel que a Sogei tem disponível, resultante em parte da economia Cabo Verdiana que ainda continua instável, o que influencia negativamente o mercado imobiliário. É um sector que muito depende de como está o cenário do país em particular e da conjuntura internacional no geral.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais tiveram uma redução de 74% face a 2015, atingindo o valor de 13.149 contos em 2016, em parte justificado pelos honorários de advogados e serviços de consultoria no âmbito do empreendimento Salinas Beach Resort.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros em 2016 (-117.193 contos) foram negativos e registaram uma redução de 11% face aos resultados negativos de 2015 (-132.161 contos), resultantes das especializações dos juros dos empréstimos bancários e empréstimo obrigacionista.

Resultado Líquido

No final do ano de 2016 a Sogei – Sociedade de Gestão Investimentos, SA teve um resultado líquido negativo de 125.760 contos, contra os 98.683 contos negativos em 2015.

Situação Financeira

Unid.: Contos CV

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL	2016	2015	2014	Δ % 16/15
Activo não corrente	**438 529**	**439 410**	**470 510**	**0%**
Activo corrente	**1 980 711**	**1 986 778**	**1 978 399**	**0%**
Outros activos correntes	1 979 651	1 984 525	1 977 412	0%
Caixa e depósitos bancários	1 060	2 253	986	-53%
Total do activo	**2 419 240**	**2 426 187**	**2 448 908**	**0%**
Capital próprio	**-178 561**	**-52 801**	**46 159**	**238%**
Resultado líquido do período	(125 760)	(98 683)	-59 423	27%
Outros	-52 801	45 882	105 581	-215%
Passivo não corrente	**1 335 292**	**1 335 295**	**1 660 359**	**0%**
Passivo corrente	**1 262 508**	**1 143 693**	**742 390**	**10%**
Total do passivo	**2 597 801**	**2 478 988**	**2 402 750**	**5%**
Total do capital próprio e do passivo	**2 419 240**	**2 426 187**	**2 448 908**	**0%**

O Ativo Líquido da Sogei ascendeu a 2.419.240 contos no final de 2016, estando em linha com o valor registado no final do ano anterior (2.426.187 contos).

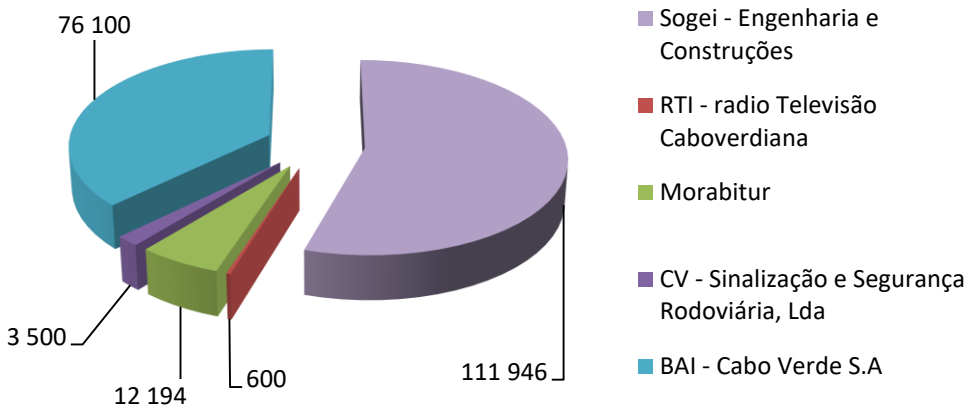
Do lado do Passivo não corrente, destaca-se a rubrica de financiamentos obtidos no valor de 1.335.295 contos, dos quais 1.000.000 contos correspondem ao empréstimo obrigacionista. Do lado do passivo corrente, destaca-se o valor de 658.322 contos de outras contas a pagar e 432.757 contos de financiamentos obtidos.

Os Capitais Próprios da empresa atingiram os 178.561 contos negativos, verificando um aumento do resultado negativo em 238% face a 2015.

Em relação às Disponibilidades no final de 2016 situavam em 1.060 contos contra 2.253 contos em 2015, representando uma redução de 53%.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras da Sogei no final de 2016, foram de 204.340 contos como se segue:



11. PERSPECTIVAS PARA 2017

Para 2017, espera-se boas expectativas e se a economia começar a se ajustar e o Governo começar a organizar não só as questões económicas como também as políticas, a tendência é o mercado imobiliário apresentar uma melhoria em 2017 porque uma economia ajustada vai trazer mais confiança no futuro e quiçá voltaremos a ter crédito disponível.

Entretanto, aconselha ainda alguma cautela na gestão diária da empresa, procurando-se desenvolver projetos de dimensão média associados a parceiros com experiencia na gestão de empreendimentos imobiliário/turísticos e também no seu financiamento.

Para 2017 a empresa traçou como objetivos os seguintes:

- ✓ Reforçar a sua dinâmica comercial assente em parcerias comerciais sólidas;
- ✓ Criação efetiva do fundo de investimento imobiliário para o Salinas Beach Resort e reinicio das obras do empreendimento Salinas Beach Resort;
- ✓ Iniciar as obras de um dos projetos em carteira.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Sogei Sociedade de Gestão de Investimentos, SA propõe que o resultado líquido negativo do exercício de 2016, no montante de 125.759.897 contos, seja transferido para resultados transitados.

13. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do conselho de administração, individualmente, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sogei;

b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da empresa.

14. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do ano 2016, o apoiaram.

Praia, 21 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração,

Jorge Spencer Lima

Helena Delgado

António Oliveira

Carla Spencer Lima

Mirian Spencer Lima

15. ANEXOS

Balanço

Demonstração de resultados por Natureza

Demonstração das alterações ao capital próprio

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Parecer do Fiscal Único

SOGEI-SOCIEDADE DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS, SA
NIF: 200095005
CHÃ D'AREIA - PRAIA

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

RUBRICAS	Notas	Período	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis			
Edifícios e Outras Construções	3	11 523	12 140
Equipamento Transporte		686	2 249
Equipamento Administrativo		2 209	4 139
Outros Activos Fixos Tangíveis		4 426	4 426
Programas de Computador	4	325	325
Participações Financeiras - M.E.P	5	111 946	108 475
Participações Financeiras - Outros Métodos	5	92 394	92 394
Outros Activos Financeiros	6	215 019	215 262
Activos Por Impostos Diferidos	10	0	0
Total do Activo Não Corrente		**438 529**	**439 410**
Activo Corrente			
Inventários	7		
Produtos Acabados e Intermédios		8 176	8 176
Produtos e Trabalhos em Curso		1 654 700	1 654 700
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo		79 281	77 517
Clientes	8	6 416	7 254
Adiantamentos a Fornecedores	9	63 318	63 318
Estado e Outros Entes Públicos	10	8 327	8 315
Accionistas/Sócios		20 916	20 945
Outras Contas a Receber	11	86 620	92 404
Diferimentos	12	51 896	51 896
Caixa e Depósitos Bancários	13	1 060	2 253
Total do Activo Corrente		**1 980 711**	**1 986 778**
Total do activo		**2 419 240**	**2 426 187**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio	14		
Capital Realizado		67 018	67 018
Reservas Legais		17 419	17 419
Outras Reservas		1 537	1 537
Ajustamentos em Activos Financeiros		58 351	58 351
Resultados Transitados		-197 126	-98 443
Resultado Líquido do Período		-125 760	-98 683
Total do Capital Próprio (Antes de Interesses Minoritários)		**-178 561**	**-52 801**
Interesses Minoritários			
Total do Capital Próprio		**-178 561**	**-52 801**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos Obtidos	15	1 335 292	1 335 295
Total do Passivo Não Corrente		**1 335 292**	**1 335 295**
Passivo Corrente			
Fornecedores	16	64 188	64 127
Adiantamentos de Clientes	17	100	100
Estado e Outros Entes Públicos	10	86 500	83 573
Accionistas/Sócios		20 641	20 499
Financiamentos Obtidos	15	432 757	432 757
Outras Contas a Pagar	18	658 322	542 638
Total do Passivo Corrente		**1 262 508**	**1 143 693**
Total do Passivo		**2 597 801**	**2 478 988**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**2 419 240**	**2 426 187**

Direção Financeira

Conselho de Administração

SOGEI-SOCIEDADE DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS, SA
NIF: 200095005
CHÃ D'AREIA - PRAIA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	Período	
		2016	2015
Vendas e Prestações de Serviços	19	0	1 913
Ganhos/Perdas Imputadas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	5	3 471	4 145
Variação nos Inventários de Produção	20	0	-1 664
Subcontratos	21	0	0
Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	22	0	0
Resultado Operacional Bruto		**3 471**	**4 394**
Fornecimentos e Serviços Externos	23	-3 082	-3 693
Valor Acrescentado Bruto		**389**	**700**
Gastos Com o Pessoal	24	-8 941	-11 269
Ajustamentos de Inventários (Perdas/Reversões)		0	0
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)		0	0
Provisões (Aumentos/Reduções)		0	0
Imparidade de Activos Não Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões)		0	0
Aumentos/Reduções de Justo Valor		0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	25	5 220	84 642
Outros Gastos e Perdas	26	-1 126	-35 450
Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		**-4 458**	**38 624**
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	3 e 4	-4 109	-4 777
Perdas/Reversões por Imparidade de Activos Depreciáveis/Amortizações		0	0
Resultado Operacional (Antes de Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos)		**-8 567**	**33 847**
Juros e Ganhos Similares Obtidos	27	0	0
Juros e Perdas Similares Suportados	28	-117 193	-132 161
Resultado antes de Impostos		**-125 760**	**-98 314**
Imposto Sobre o Rendimento do Período	10		-369
Resultado Líquido do Período		**-125 760**	**-98 683**
Resultado Por Acção Básico		**-2**	**-1**

Direção Financeira

Conselho de Administração

SOGEI-SOCIEDADE DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS, SA
CHÃ D'AREIA - PRAIA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
(Valores expressos em milhares de Escudos)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos Financ	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2015	**1**		**67 018**	**7 427**	**1 537**	**58 628**	**(101 821)**	**13 365**	**46 159**	**0**	**46 159**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											
Resultado líquido do período								(98 683)	(98 683)		(98 683)
RESULTADO EXTENSIVO	**2**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(98 683)**	**(98 683)**	**-**	**(98 683)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-
Distribuições									0		0
	3		**-**	**-**	**-**	**-**	**0**	**0**	**0**	**-**	**-**
OUTRAS OPERAÇÕES								(27 128)	27 128		27 128
Ajustamentos em Activos Financeiros						(277)			277		277
	4		**-**	**-**	**-**	**277**	**-**	**27 128**	**27 405**	**-**	**27 405**
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2015	**1+2+3+4**		**67 018**	**7 427**	**1 537**	**58 905**	**101 821**	**(85 318)**	**52 801**	**-**	**52 801**
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2016	**1**		**67 018**	**7 427**	**1 537**	**58 905**	**101 821**	**85 318**	**52 801**	**-**	**52 801**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											-
Resultado líquido do período								(125 760)	(125 760)		(125 760)
									-		-
RESULTADO EXTENSIVO	**2**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(125 760)**	**(125 760)**	**-**	**(125 760)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									-		-
Distribuições											-
	3		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
OUTRAS OPERAÇÕES									-		-
Aplicacação de Resultados do exercicio anterior											
Ajustamentos em Activos Financeiros									0		0
	4		**-**	**-**	**-**	**0**	**-**	**-**	**0**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2016	**1+2+3+4**		**67 018**	**7 427**	**1 537**	**58 905**	**(101 821)**	**211 078**	**(178 561)**	**-**	**(178 561)**

Direção Financeira

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 1 DE JANEIRO DE 2015 E DE 31 DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	Notas	Período	
		2016	2015
Método Directo			
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		0	82 795
Pagamentos a Fornecedores		-416	-10 555
Pagamentos ao Pessoal		0	-1 128
Caixa Gerada pelas Operações		**-416**	**71 112**
Pagamento/Recebimento do Imposto Sobre o Rendimento		0	0
Outros Recebimentos/Pagamentos		-5 127	-27 210
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**-5 543**	**43 902**
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Empréstimos Concedidos		0	0
Juros e Rendimentos Similares		250	0
Dividendos		4 049	2 241
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento(2)		**4 299**	**2 241**
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Outras Operações de Financiamento		127	0
Pagamentos Respeitantes a:			
Juros e Gastos Similares		-76	-16 280
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento(3)		**51**	**-44 876**
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (1+2+3)		**-1 193**	**1 267**
Efeito das Direrenças de Câmbio			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		**2 253**	**986**
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		**1 060**	**2 253**

Direção Financeira

Conselho de Administração

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Identificação da entidade:

A SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA (adiante designada por SOGEI ou Sociedade), foi constituída por escritura pública de 26 de Maio de 2003. Inicialmente constituída como uma sociedade por quotas, a mesma foi transformada em sociedade anónima em Novembro de 2009.

O capital social da Sociedade no montante de mESC 67 018 é detido por entidades nacionais privadas.

O objeto social da SOGEI, definido pelos seus Estatutos, consiste na gestão de investimentos, na construção, gestão e comercialização imobiliária, na compra, venda, construção e gestão e exploração, sob qualquer forma de unidades hoteleiras, de aldeamentos turísticos ou de outros meios de alojamento e na importação, exportação, e o comércio geral de venda a grosso e a retalho.

N**OTA 0 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis encontram-se expressos pelo respetivo custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Nota 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. Os bens adquiridos até 2014 foram utilizados as taxas da Portaria nº2/84 de 28 de janeiro, e os adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2015, foram utilizadas as taxas da nova Portaria em vigor (Portaria n 42/2015).

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento de transporte	12,5% - 25%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 25%

1.2 Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis são constituídos por software informático e são depreciados pelo método das quotas constantes ao longo de um período de 3 anos.

1.3 Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Inventários e ajustamentos

- **Produtos acabados e semi-acabados**

Compreendem apartamentos e espaços comerciais disponíveis para venda e encontram-se valorizados ao custo de construção.

- **Produtos e trabalhos em curso**

A rubrica de produtos e trabalhos em curso inclui os gastos já incorridos com o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários promovidos pela Sociedade, incluindo essencialmente os custos dos terrenos, os gastos já incorridos com os projetos, com a construção das infra-estruturas e os gastos de construção. Estes incluem o custo da matéria-prima incorporada (terrenos), mão-de-obra direta, subcontratos e outros gastos diretamente relacionados com a construção.

- **Matérias-primas**

As matérias-primas referem-se a terrenos adquiridos para efeitos de desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. São valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui os gastos adicionais incorridos para as colocar no estado em que se encontram.

Perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objeto de ajustamentos.

1.5 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade.

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.6 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.7 Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados como dedução no capital próprio.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.8 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.9 Benefícios aos empregados

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, gasto este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada no Balanço na rubrica Outras Contas a Pagar.

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não sendo a sociedade obrigada a assumir qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.10 Conversão cambial - transações e saldos

Os ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras são convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As transações em moeda estrangeira foram expressas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110$265). As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e gastos na Demonstração dos Resultados do Exercício.

1.11 Imposto único sobre os rendimentos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015 de 7 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos da referida Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25%.

Quando existem, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. De acordo com o novo CIRPC (código do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 a 2014, o período de reporte é de três anos e são deduzidos até 100% do lucro tributável. Para os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciaram em ou após 01.01.2015 o período de reporte é de sete anos. As declarações de impostos ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de cinco anos, contado a partir do exercício a que respeitam.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.12 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.13 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos serão reconhecidos com base na escritura ou transferência de propriedade do imóvel ao comprador.

1.14 Encargos com marketing e comercialização

Os encargos com marketing e comercialização dos produtos da Sociedade são diferidos no balanço para serem reconhecidos como gastos aquando do registo dos rendimentos.

1.15 Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.16 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

(i) Risco cambial

Dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transações em moeda estrangeira e (b) os financiamentos obtidos estão expressos em Escudos, o risco cambial é reduzido.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Não se reconhece existir risco elevado de crédito dado que, regra geral, a transmissão de propriedade só é efetuada após a liquidação dos valores em dívida.

(iv) Risco de liquidez

Dada a conjuntura atual, a Sociedade encontra-se sem liquidez para dar vazão a sua atividade operacional. Contudo, devido aos significativos investimentos efetuados até 2011, teve necessidade de recorrer a financiamentos de curto e longo prazo para suprir as suas necessidades de tesouraria.

1.17 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 – Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo obtidos de Bancos ou concedidos a empresas do Grupo.

NOTA 3 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os ativos fixos tangíveis sofreram variações nos seus componentes, de acordo com o quadro seguinte (em mESC):

	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
VARIAÇÕES EM 2015					
Valor liquido inicial	43 657	3 654	6 168	4 371	57 849
Aquisições	1 913				1 913
Correcções/Anulações	(374)	234	403	56	319
Alienações/correções-valor de aquisição ou reavaliado	(39 291)		(31)		(39 322)
Alienações/correcções depreciação acumulada	6 853		31	-	6 883
Depreciação do exercicio	(617)	(1 639)	(2 432)	-	(4 688)
Imparidades do periodo					
Reverão de imparidades					
Valor liquido	**12 140**	**2 249**	**4 139**	**4 426**	**22 954**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Valor de aquisição ou reavaliado	15 432	16 196	27 096	4 426	63 151
Depreciação acumulada	(3 292)	(13 948)	(22 957)	-	(40 197)
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-
Valor escriturado	**12 140**	**2 249**	**4 139**	**4 426**	**22 954**
VARIAÇÕES EM 2016					
Valor liquido inicial	12 140	2 249	4 139	4 426	22 954
Aquisições					-
Correcções/Anulações					-
Alienações/correções-valor de aquisição ou reavaliado					-
Alienações/correcções depreciação acumulada				-	-
Depreciação do exercicio	(617)	(1 562)	(1 930)	-	(4 109)
Imparidades do periodo					
Reverão de imparidades					
Valor liquido	**11 523**	**686**	**2 209**	**4 426**	**18 845**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valor de aquisição ou reavaliado	15 432	16 196	27 096	4 426	63 151
Depreciação acumulada	(3 910)	(15 510)	(24 887)	-	(44 306)
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-
Valor escriturado	**11 523**	**686**	**2 209**	**4 426**	**18 845**

NOTA 4 - Ativos fixos intangíveis

Representam o custo de mESC 3 969 do software de Contabilidade, Gestão Comercial e Gestão Documental, deduzido das amortizações acumuladas de mESC 3 644.

NOTA 5 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição:

Participações valorizadas segundo o MEP

Unid.: Contos

	Movimentos em 2015				Movimentos em 2016			
	Saldo em 31.12.14	Quota parte nos resultados	Ajustamentos	Saldo em 31.12.15	Quota parte nos resultados	Ajustamentos	Saldo em 31.12.16	% de Participação
Sogei Engenharia e Construção	104 606	4 145	(277)	108 474	3 471		111 945	69%
	104 606	4 145	(277)	108 474	3 471	-	111 945	

A Sociedade detém controlo sobre a Sogei Engenharia e Construção, pelo que esta participação foi mensurada segundo o MEP.

A SOGEI Construção, com sede na cidade da Praia foi constituída em Junho de 2007 e tem como objeto a execução de empreitadas de obras públicas e privadas e a elaboração de estudos e projetos respeitantes a empreitadas.

Participações valorizadas ao custo de aquisição

Corresponde à parcela realizada em participações em diversas entidades como segue:

Unid.: Contos

	Valor Subscrito	% de Participação	Parcela realizada	Parcela por Realizar
RTI - Rádio Televisão Independente	2 000	20%	600	1 400
Morabitur,LDA	12 193	31%	12 193	
CV Sinalizações e Segurança Rodoviária	3 500	35%	3 500	
Banco BAI	76 100	3,31%	76 100	
	93 793		92 393	1 400

Apesar de deter 20%, 31% e 35% na RTI, na Morabitur e na CVS, respetivamente, estas participações encontram-se valorizadas ao custo de aquisição porque a Sociedade não detém controlo nem exerce influência significativa nestas entidades.

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

Unid.: Contos

		Ativo	Capital Proprio	Rendimentos	Resultado Liquido
Sogei Engenharia e Construção	**a)**	**662 039**	**162 228**	**378 494**	**5 019**
RTI - Rádio Televisão Independente	**nd)**				
Morabitur,LDA	**b)**	**140 478**	**55 407**	**385 695**	**13 313**
Banco BAI	**b)**	**13 987 630**	**1 033 536**	**536 041**	**17 871**
Halcyonair	**c)**	**424 234**	**(1196 900)**	**487 077**	**(374 204)**
CV Sinalizações e Segurança Rodoviária	**nd)**				

a) Dados referentes a 31 de Dezembro de 2016
b) Dados referentes a 31 de Dezembro de 2015
c) Dados referentes a 31 de Dezembro de 2011
nd) Dados não disponiveis

NOTA 6 - Outros Ativos financeiros

O saldo desta rubrica compreende:

(i) mESC 212 619 referentes a um empréstimo concedido à associada Halcyonair, o qual, nos termos do acordo formalizado no montante de mESC 121 545, vence juros à taxa anual de 10%. Não se prevê o reembolso a curto prazo.
(ii) mESC 2 400 correspondentes a obrigações do Cabo Verde Fast Ferry subscritas em 2009, ao preço de mESC 1 cada; são remuneradas à taxa anual de 9% e o reembolso ocorre ao fim 10 anos.

NOTA 7 - Inventários

O saldo em balanço compreende:

	mESC	
	2016	**2015**
Produtos acabados		
Águia	0	0
Santana	8 176	8 176
Perdas por Imparidade	-	-
	8 176	8 176
Trabalhos em curso		
Salinas Beach Resort	1 450 728	1 450 728
Gamboa	26 811	26 811
Morro	2 589	2 589
Habitações custo controlado Boa Vista	145	145
Complexo Excelsior	174 428	174 428
	1 654 700	1 654 700
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Terreno Praia Baixo	5 621	5 621
Terreno Rotchina Boavista	6 000	6 000
Terreno Chã d`Areia Lote 5	3 367	1 604
Lazareto S. Vicente	51 061	51 061
Terreno Chã d`Areia	13 232	13 232
	79 281	77 517
	1 742 157	1 740 393

O saldo da rubrica de Produtos acabados corresponde ao custo de construção de um apartamento no empreendimento Santana. Ainda não foi realizada a escritura pública com o cliente.

A rubrica de produtos e trabalhos em curso inclui os custos já incorridos com o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários promovidos pela Sociedade, incluindo essencialmente os custos dos terrenos, e os custos de construção. Estes incluem o custo da matéria-prima incorporada (terrenos), mão-de-obra direta, subcontratos e outros custos diretamente relacionados com a construção. Relativamente ao Salinas Beach Resort conclui-se que este projeto ainda apresenta expectativas de margem positiva, pelo que não foi registada qualquer imparidade.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo representam custos de aquisição dos terrenos identificados no valor de mESC 79 281.

NOTA 8 - Clientes

O saldo a receber de clientes compreende:

	mESC	
	2016	2015
Clientes gerais		
Edifício Águia	3 307	4 074
Edifício Santa Maria	2 926	2 996
BSA - Banco Sul Atlãntico, SA	184	184
	6 416	7 254
	6 416	7 254

Os saldos de clientes gerais representam valores a receber relativos a vendas dos empreendimentos identificados.

Não é considerado necessário o reconhecimento de perdas por imparidade em saldos a receber de clientes, tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

NOTA 9 - Adiantamento a fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

		mESC	
		2016	2015
SGL-Sociedade de Construções, S.A		0	-
Cape Verde Connections	**(i)**	2 205	2 205
Outros		253	253
		2 458	2 458
Partes relacionadas			
Sogei-Engenharia e Construção, S.A.	**(ii)**	60 860	60 860
		63 318	63 318

(i) O adiantamento concedido a Cape Verde Connections enquadra-se no contrato de agenciamento e representação da Sociedade no Reino Unido.

(ii) O saldo da Sogei – Engenharia e Construção corresponde a adiantamentos concedidos no âmbito dos contratos de empreitada para a construção dos empreendimentos BAI Center e Salinas Beach Resort.

NOTA 10 - Estado e outros entes públicos / Impostos diferidos passivos

		mESC	
		2016	2015
1-Valores a pagar			
IUR-Sobre resultados	**(i)**	39 869	39 869
IUR-Retenção na fonte	**(ii)**	20 143	18 499
Previdencia social	**(ii)**	12 291	11 007
IVA liquidado ao Estado	**(iii)**	14 198	14 198
Total		**86 500**	**83 573**
2-Valores a recuperar			
IUR-Retenção na fonte	**(iv)**	8 327	8 315
Total		**8 327**	**8 315**

(i) Imposto sobre o rendimento

O saldo representa a parcela remanescente do valor do imposto sobre lucros dos exercícios de 2009 e de 2008 por liquidar, bem como o imposto referente ao exercício de 2013 e 2014. Em 2011, foi liquidado o valor de mESC 5 295 correspondente a 50% da fixação da matéria coletável de 2009.

(ii) IRPS – Retenção na Fonte/Previdência Social

Representam o valor descontado da divida relacionada com as retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal e nas facturas de prestação de serviços e às contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado.

(iii) Iva Liquidado ao Estado

Corresponde ao valor a pagar ao Estado referente ao apuramento do IV A.

(iv) IRPC – Retenção na fonte (a receber)

O saldo representa o IUR retido na fonte sobre os juros de depósitos a prazo, dividendos e juros obrigações.

A determinação da Matéria coletável, em 2016, resume-se como segue:

	Unid.: Contos 2016
Resultado antes de impostos	**(125 760)**
Acrescimos	
Correções relativas a periodos de tributação anteriores	176
30% gastos viaturas ligeiras - depreciações	469
30% gastos viaturas ligeiras - seguros	30
30% gastos viaturas ligeiras - combustiveis	2
	-
Total dos acréscimos	**676**
Deduções	
Correções relativas a periodos de tributação anteriores	722
Imposto Diferido	
Juros referente a actualização de dívidas	-
Ganhos imputados de Subsidiárias - Equivalência Patrimonial	3 471
Dedução relativa eliminação da dupla tributação de lucros distribuidos	4 241
Rendimentos provenientes da acitividade de Casa para Todos - Decreto-Lei 11/2010	
Juros obrigações BAI e CVFF	254
Outras correções não previstas nos campos anteriores	
	-
Total das deduções	**8 688**
Lucro tributável/Prejuizo	**(133 771)**
Dedução prejuizos fiscais	
Matéria colectável	**(133 771)**
Taxa aplicável	
COLETA	**0**
Tributações autonomas	**-**
Retenção na fonte por terceiros	**13**
Estimativa valor a pagar/Recuperar	**(13)**

NOTA 11 - Outras contas a receber

	mESC	
	2016	**2015**
Correntes		
Cabo Verde Investimentos	-	-
Câmara Municipal do Maio	10 000	10 000
Outros	2 487	4 693
	12 487	14 693
Partes relacionadas		
Halcyonair	31 146	29 196
Sogei - Engenharia e Construção, SA	42 988	48 515
	74 134	77 711
	86 620	92 404

O saldo da Câmara Municipal do Maio representa o valor pago a título de sinal, no âmbito do Contrato Promessa de Compra e Venda de um lote de terreno; não se encontra ainda acordado entre as partes o valor de aquisição do referido terreno;

O saldo da Halcyonair, em 2016, representa essencialmente os encargos financeiros relativos ao financiamento contraído por conta desta entidade.

O saldo da Sogei – Engenharia & Construções corresponde a adiantamentos feitos por conta de trabalhos já realizados, bem como apoio a tesouraria.

NOTA 12 – Diferimentos ativos

O saldo desta rubrica de mESC 51 896 compreende, essencialmente, os encargos com marketing e comercialização relacionados com empreendimentos Salinas Beach em fase de desenvolvimento, diferidos no balanço para serem reconhecidos como gastos aquando do reconhecimento dos rendimentos associados a esses mesmos empreendimentos (ver Nota 1.14).

NOTA 13 - Caixa e depósitos bancários

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2016	**2015**
Caixa	28	28
Depósitos a ordem		
Banco Interatântico	72	83
Banco Comercial do Atlântico	336	168
Banco BPI	174	179
Banco Africano de Investimentos	448	1 759
Ecobank	2	36
Banco Espitiro Santo		0
	1 033	2 226
	1 060	2 253

NOTA 14 - Capital próprio

Os movimentos registados em 2016 e em 2015 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital da Sociedade em 31 de Dezembro de 2016, integralmente realizado, ascende a mESC 67 018 e é detido por entidades nacionais privadas.

De acordo com os estatutos, pelo menos 5% do resultado líquido anual deverá ser afeto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

As reservas legais só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, (iii) para incorporação no capital estatutário.

As Outras Reservas e os Resultados Transitados correspondem a montantes disponíveis para distribuição aos acionistas, desde que não sejam necessários para cobrir prejuízos.

A rubrica de Ajustamentos em Ativos Financeiros regista os valores resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na mensuração das participações financeiras e outras variações registadas no capital próprio destas, não respeitantes a resultados, sendo anualmente creditada pela diferença entre os lucros imputáveis às participações e os dividendos que lhe forem

atribuídos. Até que as participações sejam alienadas o saldo apresentado nesta rubrica não estará disponível para distribuição.

De realçar que a data 31/12/2016 o capital próprio é negativo em 178.561 contos, em virtude dos prejuízos acumulados, encontrando-se a Sociedade na situação a que se refere o artigo 137º do Código das Empresas Comerciais. Convém frisar que, caso a Administração não encete, tempestivamente, as medidas de saneamento financeiro adequadas às circunstâncias, as quais são previstas no citado artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, nos termos do mesmo artigo, poderá qualquer acionista ou credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto se mantiver a atual situação, sem prejuízo de os acionistas poderem efetuar a necessária cobertura do capital até o trânsito em julgado da sentença.

NOTA 15 - Financiamentos obtidos

O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

		2016			2015		
		Corrente	Não Correntes	Total	Corrente	Não correntes	Total
Empréstimos bancários							
Banco Comerical do Atlântico	**(i)**	189 011		189 011	189 011		189 011
BAI	**(ii)**	243 746	335 292	579 038	243 746	335 292	579 038
		432 757	335 292	768 049	432 757	335 295	768 052
Mercados de Valores Mobiliários							
Empréstimos obrigacionistas	**(iii)**	-	1 000 000	1 000 000	-	1 000 000	1 000 000
		432 757	1 335 292	1 768 049	432 757	1 335 295	1 768 052

(i) Banco Comercial do Atlântico

O saldo, em 2016, desta rubrica corresponde a um financiamento de médio e longo prazo, a mesma foi alvo de reestruturação, a uma taxa de juro anual de 8%.

Esse financiamento foi destinado a aquisição de um terreno e infra - estruturas existentes para construção de um empreendimento em chã de Areia (Excelsior) – Gamboa.

O empréstimo tem como garantia a hipoteca sob o terreno mais edificações até ao montante de mESC 166 245 e mais hipoteca sobre um imóvel do Sócio Jorge Spencer Lima até o limite de 107.000 contos. O valor contabilístico deste imóvel a 31 de Dezembro de 2014 ascende a mESC 174 428.

(ii) BAI

Esta rubrica representa um financiamento:

- Concedido para o reembolso antecipado do empréstimo obrigacionista no valor de mESC 500 000, a uma taxa de juros correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de um spread de 5%.

O capital será reembolsado em nove prestações semestrais iguais e sucessivas, acrescidos de juros, com início de pagamento das prestações em 30 de Outubro de 2014.

- Ainda esta rubrica engloba um empréstimo no valor de mESC 76 100 para assegurar a realização de cinquenta por cento do capital social inicialmente subscrito no BAI, bem como cinquenta por cento do montante subscrito no primeiro aumento de capital social do BAI.

De realçar que as prestações do capital de 500.000 contos estão vencidas, bem como também os do capital de 76.100 contos.

(iv) Empréstimo obrigacionista

O saldo desta rubrica resulta da Oferta Particular de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, com data de referência de subscrição de 22 de Janeiro de 2009, sendo que mESC 500 000 foram reembolsados em Maio deste ano, estando em divida a esta data o capital de 1.000.000 contos.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

(i) Maturidade de cinco anos.

(ii) Taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será variável e igual à "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, adicionada de um "spread" de 2,75%; pagamento de juros em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

(iii) O pagamento de juros efetuar-se-á semestral e postecipadamente, tendo os juros um "floor" de 6,4% e um "cap" de 7,4%, significando que os juros a pagar deverão situar-se obrigatoriamente nesse intervalo, independentemente da variação da Euribor.

(iv) Destinam-se a financiar o empreendimento Salinas Beach.

O empréstimo tem como garantia a hipoteca do trato de terreno na ilha do Maio onde será construído o empreendimento Salinas Beach mais as edificações, cujo valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2015 ascende a mESC 1 450 728.

De realçar que em março de 2014, foi realizada uma Assembleia Geral de obrigacionistas, a qual foi deliberada a prorrogação do prazo de maturidade do empréstimo obrigacionista para mais três anos, atingindo a maturidade a 18 de fevereiro de 2017.

NOTA 16 – Fornecedores

		mESC	
		2016	2015
Correntes			
SGL-Sociedade de Construções, S.A	**(i)**	24 199	24 199
Câmara Municipal da Praia	**(ii)**	9 365	9 365
Câmara Municipal de S.Vicente	**(iii)**	10 354	10 354
Empreitel Figueiredo	**(iv)**	18 611	18 611
Outros		1 660	1 599
		64 188	64 127

(i) SGL – Sociedade de Construções, SA

O saldo corresponde a faturas em dívida relativas às obras de construção dos edifícios Águia e Santa Maria e Arranjos Exteriores.

(ii) Câmara Municipal da Praia

O saldo desta rubrica representa o valor remanescente em dívida referente à aquisição de um terreno em Gamboa, na Praia, pelo preço de mESC 23 413. Nos termos contratados, o saldo em dívida venceu em Dezembro de 2007.

(iii) Câmara Municipal de S. Vicente

O saldo desta rubrica representa a última parcela em dívida referente à aquisição de um terreno em Lazareto, S. Vicente, pelo preço de mESC 51 061. Trata-se da ultima prestação, mas não foi pago porque não seria possivel efetuar o registo do terreno visto tratar de um ZDTI e logo pertencente ao Estado e não a CMSV.

(iv) Empreitel Figueiredo

O saldo corresponde ao remanescente da fatura de encerramento do contrato de empreitada de construção de infra-estruturas do empreendimento Salinas Beach Resort.

NOTA 17 - Adiantamentos de clientes

O saldo desta rubrica de mESC 100 compreende, essencialmente a um sinal para a venda de um apartamento no empreendimento Salinas Beach Resort.

NOTA 18 – Outras contas a pagar

	mESC	
	2016	**2015**
Acréscimos por Gastos Bai Center/Salinas	218 071	218 071
Obrigacionista	240 807	176 807
Acréscimos Juros BAI	133 371	93 184
Acréscimos Juros BCA	30 641	19 685
Acréscimos por férias e subsidio de férias e encargos	7 089	7 089
Credores por acréscimos de gastos	10 497	10 497
Bolsa de Valores de Cabo Verde	10 647	7 647
Remunerações a pagar	2 496	3 699
CV Móvel	992	992
Outros	3 714	4 968
	658 322	542 638

O saldo da rubrica Acréscimos por Gastos corresponde a obras realizadas nos empreendimentos Baicenter e Salinas.

O saldo da rubrica Obrigacionistas representa o efeito da especialização dos juros sobre o Empréstimo obrigacionista.

O saldo da rubrica Acréscimos por férias e subsídio de férias e de natal corresponde aos subsídios por pagar.

O saldo de Credores por acréscimos de gastos relaciona-se essencialmente com o diferencial dos gastos com comissões devidas aos agentes e outros prestadores de serviço.

NOTA 19 - Vendas e Prestações de Serviços

Como referido antes, em 2016 não se registou atividade operacional na empresa, pelo que não se registou nenhuma venda neste exercício.

NOTA 20 - Variação nos inventários de produção

O saldo desta rubrica calcula-se como segue:

	Exercicio de 2016			Exercicio de 2015		
	Saldo Inicial	Saldo final	Variação de produção	Saldo Inicial	Saldo final	Variação de produção
Produtos e trabalhos em curso						
BAI Center						
Salina Beach Resort	1 450 728	1 450 728	-	1 450 728	1 450 728	-
Gamboa	26 811	26 811	-	26 811	26 811	-
Hotel EXCELSIOR	174 428	174 428	-		174 428	
Morro	2 589	2 589	-	2 589	2 589	-
Habitações custo controlado - Boavista	145	145	-	145	145	-
	1 654 700	1 654 700	-	1 480 272	1 654 700	-
Produtos acabados						
Santana	8 176	8 176	-	8 176	8 176	-
Águia	-		-	1 664		-
	8 176	8 176	-	9 840	8 176	-
	1 662 876	1 662 876	-	1 490 112	1 662 876	-

NOTA 21 – Subcontratos

Em 2016 não houve gastos relacionados com os contratos de empreitada de construção, visto que as obras mantiveram-se suspensas em 2016.

NOTA 22 - Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2016	2015
Existências iniciais (ver Nota 7)	77 517	75 913
Compra de terrenos	1 763	1 604
Compra de materiais	-	-
Regularizações(ver Nota 7)		
Existências finais (ver Nota 7)	(79 281)	(77 517)
	0	0

O valor de 1.763 contos corresponde ao remanescente para a aquisição e ampliação vertical de um terreno em chã de areia na cidade da praia.

NOTA 23 - Fornecimentos e serviços externos

		mESC	
		2016	2015
Publicidade e propaganda		-	12
Comunicação		-	158
Trabalhos especializados	(i)	895	976
Deslocações e estadas		168	-
Condomínio		232	380
Seguros		101	135
Contencioso e notariado		2	127
Serviços Bancários		63	39
Outros serviços diversos		24	83
Honorarios	(ii)	1 348	1 648
Rendas e alugueres		-	-
Outros		249	135
		3 082	3 693

(i) Trabalhos Especializados

Engloba essencialmente o valor de gastos com serviços de pareceres do Fiscal Único as contas da empresa, bem como serviços de consultoria ao Fundo de Investimento Imobiliário do Salinas Beach Resort.

(ii) Honorários

Corresponde aos honorários dos nossos Advogados, bem como dos patrocínios judiciais.

NOTA 24 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal tiveram a composição e evolução retratada no quadro seguinte:

	mESC	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	6 706	8 093
Ordenados e salários	333	484
Encargos sobre remunerações	857	886
Outros gastos com o pessoal	1 045	1 806
	8 941	11 269

O decréscimo registado na rubrica de Remuneração dos Órgãos Sociais e Ordenados e salários advém da redução substancial dos colaboradores para fazer face a conjuntura adversa.

NOTA 25 - Outros rendimentos e ganhos

	mESC	
	2016	2015
Dividendos	3 987	2 359
Aplicação do método da equivalência patrim	3 471	4 145
Alienações	-	80 900
Outros não especificados	1 233	1 383
	8 691	88 788

A rubrica dividendos referentes ao exercício de 2016 no valor de mESC 3 987, corresponde aos dividendos recebidos da participada Morabitur (ver Nota 5).

O valor 3.471 contos corresponde a quota parte (69%) dos resultados da participada Sogei Engenharia e Construção, SA.

NOTA 26 - Outros gastos e perdas

	mESC	
	2016	2015
Imposto Selo	950	1 440
Taxas	0	7
Alienações	-	32 812
Imposto único sobre património	-	271
Outros	176	920
	1 126	35 450

O Saldo na conta Imposto Selo corresponde ao imposto de selo sobre serviços bancários.

NOTA 28 - Juros e perdas similares suportados

	mESC	
	2016	2015
Juros e Perdas		
Juros do emprestimo obrigacionistas (ver Nota 16)	64 000	64 000
Juros de Financiamentos (ver Nota 16)	32 777	46 662
Juros mora contatual	17 415	18 499
Comissao BVC Obrigaçoes - Sogei	3 000	3 000
Outros		
	117 192	132 161

NOTA 29 - Outras informações sobre a aplicação do regime de acréscimo

Os principais acréscimos e diferimentos resumem-se como segue:

	mESC	
	2016	**2015**
Acréscimo de gastos		
Acréscimos por Gastos Baicenter/Salinas (ver Nota 18)	218 071	218 071
Juros Obrigacionistas (ver Nota 18)	240 807	176 807
Juros Emprestimo BCA (ver Nota 18)	30 641	19 685
Juros Emprestimo BAI (ver Nota 18)	133 371	93 184
Férias e subsídio de férias e encargos a pagar (ver Nota 18)	7 089	7 089
Credores por acréscimos de Gastos dos exercicios (ver Nota 18)	10 497	10 497
	640 474	525 332
Diferimentos de gastos		
Gastos de marketing e comercialização - Salinas Beach Resort (ver Nota 12)	51 896	51 896
	51 896	51 896

NOTA 30 - Resultado por ação básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

	mESC	
	2016	**2015**
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	-125 760	- 98 683
Número de acções	67 018	67 018
Resultado por acção básico (ESC)	- 2	- 1

NOTA 31 - Garantias

As garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos bancários obtidos e encontram-se descritas na Nota 15.

NOTA 32 – Partes relacionadas

(i) Os principais saldos e transações ocorridas em 2016 e 2015 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se como segue (em mESC):

	2016				
	Balanço				Demostração de resultados
	Fornecedores	Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos	Contas a receber	Subcontratos
					(Gastos)/Ganhos
SOGEI Engenharia e Construção (Ver nota 9 e 18)		60 860		42 988	
Halcyonair (Ver nota 6)	-	-	(212 619)	31 145	
	-	60 860	(212 619)	74 133	-

	2015				
	Balanço				Demostração de resultados
	Fornecedores	Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos	Contas a receber	Subcontratos
					(Gastos)/Ganhos
SOGEI Engenharia e Construção (Ver nota 9 e 18)	2 784	63 644		52 050	
Halcyonair (Ver nota 6)	-	-	(212 619)	29 196	
	2 784	63 644	(212 619)	81 247	-

NOTA 33 - Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Em 31 de Dezembro de 2016 as principais responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço resumiam-se como segue:

(i) Sogei – Engenharia & Construções

Em Maio de 2009 a Sociedade adjudicou a esta entidade a construção do empreendimento BAI-Center pelo preço global de mESC 451 444, dos quais mESC 350 321 haviam sido faturados à data do balanço.

Em Maio de 2009 a Sociedade adjudicou a esta entidade a construção do empreendimento Salinas Beach Resort pelo preço global de mESC 889 420, dos quais mESC 686 615 haviam sido faturados à data do balanço.

Em Novembro de 2011 a Sociedade adjudicou a esta entidade a construção parcial das infra estruturas do empreendimento Salinas Beach Resort pelo preço global de mESC 195 055, dos quais mESC 19 505 haviam sido faturados à data do balanço.

(ii) Conforme se refere na Nota 5, encontram-se por realizar ações subscrita numa participada, no montante de mESC 76 100.

(iii) A data 31/12/2016 encontra-se por pagar o IRPC fracionado referente ao exercício económico de 2015 no valor de 14.331 contos.

NOTA 34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

NOTA 35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

SOLUÇÕES EM FISCALIDADE
OLIVEIRA&FURTADO - Consultoria Fiscal, Lda
NIF: 263003620 Reg Com. 1733620110118 Tel: 2617703
Sede PRAIA - Soluções em Fiscalidade

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos SA, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data o presente Parecer

Face ao exposto, somos da opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Praia, 22 de Março de 2017

OLIVEIRA & FURTADO, LDA
CONSULTORIA FISCAL
NIF 263 003 620
Tel: 261 77 03 - Fax: 261 77 08
A Gerência

OLIVEIRA&FURTADO – Consultoria Fiscal,lda
Representada por
José Jorge Borges de Oliveira -Contabilista Certificado nº 369
Joaquim Antonio Gomes Furtado- Contabilista certificado nº 386